

Nova política econômica

PAULO MANDARINO

O atual modelo de política econômica chegou à exaustão sem conseguir ferir mortalmente o monstro da inflação. Isso demonstra que o convencional receituário do Fundo Monetário Internacional, baseado na política de juros altos, arrocho monetário e achatamento salarial, não foi eficaz no combate aos graves desequilíbrios da economia brasileira. Com isso, só contribuiu para aprofundar o quadro recessivo da economia, agravar o desemprego, hoje de mais de 1 milhão de trabalhadores apenas no ABC paulista, estimular a economia informal, levar a angústia a milhões de lares brasileiros e pesadelo à classe produtora, responsável pela geração de empregos e de receitas.

Após várias experiências frustradas de choques e pacotes econômicos, constata-se, com pesar, que todo o esforço e os sacrifícios impostos à sociedade foram em vão. Em que pesem as anunciadas conquistas no processo de modernização do Estado, a inflação permanece desafiadora, empanando o brilho dessas vitórias e emperrando o processo de retomada do crescimento econômico, que é vital para o presente e o futuro do País. E um país com uma inflação estacionada nos 22 por cento ao mês não é um país sem problema. Pelo contrário, é um país doente. Com graves desequilíbrios estruturais em sua economia.

Se o País ainda convive com esses graves problemas estruturais,

é evidente que os pacotes econômicos não foram capazes de enfrentar a raiz desses males: o descontrole monetário e a ineficácia da máquina estatal, tanto no que diz respeito aos gastos públicos quanto na política de arrecadação fiscal. Como o progresso do Governo nesse campo foi muito limitado, a atual política econômica, em lugar de apontar novos caminhos, tem contribuído para tumultuar ainda mais o horizonte da própria sociedade, causando mais incerteza e retardando a retomada do crescimento.

O mais grave é que a atual política econômica, ao provocar uma brutal recessão, está empurrando para a economia informal milhares de pequenas e médias empresas, como única alternativa de sobrevivência à política de juros elevados, à extorsiva carga tributária e aos pesados custos sociais e trabalhistas. Tudo isso ocorre quando o País precisa incrementar sua receita tributária para fazer face às despesas de sua máquina administrativa e custear os programas sociais do Governo. Ao jogar com a incerteza a curto e médio prazos, a política econômica acaba por desestimular novas vocações empresariais e, ao retardar a retomada do desenvolvimento, ameaça inviabilizar a própria sociedade brasileira.

Dados do IBGE demonstram que o País precisa gerar anualmente cerca de 2 milhões de novos empregos para os jovens que chegam a cada ano ao mercado de trabalho.

Mergulhado na recessão, o País, em lugar de gerar novos empregos, vem colocando na rua milhões de trabalhadores, o que torna sombria a perspectiva futura da própria sociedade. Sem conseguir superar os desafios da economia e afogado no círculo vicioso da inflação renitente, o Governo sai à cata de bode expiatório para suas dificuldades. Um deles tem sido sempre o empresário. O empresário é tachado de vilão por aumentar seus preços. Na verdade, ele não aumenta os preços; ele os atualiza em função dos custos financeiros e tributários provocados pela política oficial. Trata-se apenas de uma questão de defesa para a sobrevivência de seu negócio.

O importante é o Governo combater os cartéis, os monopólios e os oligopólios e isso não foi feito. Ficou-se apenas no discurso, nas promessas.

Como se vê, a solução para o País sair da crise está no aumento da produção rural e a retomada dos investimentos, prioritariamente na área social. Isso só será possível com a redução gradual das taxas de juros, o que por certo levará a novos negócios e estimulará as pequenas e médias empresas a saírem dos porões da informalidade, aumentando a oferta de empregos, de bens e serviços e a própria receita tributária da União.

■ Paulo Mandarino é deputado federal pelo PDC/GO